



QUESTÃO SOCIAL, DESIGUALDADE DE GÊNERO E TRADICIONALISMO

GAÚCHO: elementos para a reflexão

Eliane Moreira de Almeida¹

RESUMO

O presente artigo propõe debater a relação entre questão social e desigualdade de gênero, assim como o contexto que as envolvem, sendo mediadas com o tradicionalismo gaúcho e seus rebatimentos na vida das mulheres do estado do Rio Grande do Sul. Tendo por objetivo apresentar elementos que possibilitem o debate e a reflexão, tanto a nível regional quanto nacional. De modo que se possa compreender as configurações da sociedade gaúcha, suas contradições, seus movimentos de resistência, sem desconectá-las de um contexto de nacional e global.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero. Questão social. Tradicionalismo Gaúcho.

ABSTRACT

This article proposes a debate on the relationship between social issue and gender inequality, as well as the context that surrounds them, being mediated with the traditionalism gaucho and its repercussions in the lives of women in the state of Rio Grande do Sul. Aiming to present elements that enable debate and reflection, both at regional and national level. So that one can understand the configurations of gaucho society, its contradictions, its resistance movements, without disconnecting them from a national and global context

Keywords: Gender inequality. Social issue. Gaucho traditionalism.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bacharela e Mestra em Serviço Social pela mesma instituição. Integrante do Grupo de Pesquisa Cotidiano, Trabalho e Território (GPST). E-mail: eliane.almeida@acad.pucrs.br.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero, tão presente na sociedade contemporânea, teve suas bases a muito tempo na história da humanidade, mas a forma com que é vivenciada na atualidade apresenta particularidades que tudo tem a ver com o sistema capitalista vigente e suas determinações.

Assim, o artigo² em tela pretende refletir e fazer mediações entre a desigualdade de gênero e a questão social, suas formas de reprodução na realidade e os mecanismos que contribuem para essa reprodução. Apresentados os conceitos e suas estruturas, no segundo momento, objetiva-se pensar como se materializa essa conjuntura dentro do tradicionalismo gaúcho, levando em consideração as particularidades do estado do Rio Grande do Sul, assim como as contradições e resistências dentro do próprio movimento tradicionalista.

Por fim, busca-se sintetizar o que foi exposto ao longo do trabalho, no sentido de contribuir com elementos que propiciem a reflexão e o debate da realidade concreta e seus desafios. Para assim, construir as bases para pensar estratégias para a transformação do real almejando uma sociedade socialmente justa e igualitária.

2 DESIGUALDADE DE GÊNERO E QUESTÃO SOCIAL

O presente item toma por base o conceito de questão social, para problematizar a desigualdade de gênero enquanto um dos mecanismos estruturantes da sociedade capitalista madura, buscando compreender suas bases e suas formas de produção e reprodução, assim como as possibilidades de luta.

A questão social tem sua gênese no caráter coletivo da produção em contraposição a sua apropriação privada, ela é intrínseca à sociedade capitalista, condensando o conjunto das desigualdades por ela produzidas e as lutas sociais advindas da relação entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2008).

² Derivado de uma pesquisa de mestrado em Serviço Social realizada entre 2019-2020.





No presente artigo, será privilegiada enquanto foco de estudo, a desigualdade de gênero³ e sua relação com a questão social, que se materializa nos mais diversos âmbitos – sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais, etc. – e na interseção destes.

Gênero aqui, é entendido enquanto categoria construída historicamente, em constante movimento por meio de contextos diversos no tempo-espaço, também processo de aprendizagem, que se dá através do desempenho dos papéis sociais, assim como na formação de identidade dos indivíduos (SAFFIOTI, 1994).

Ainda que não tenha sua gênese no sistema capitalista, a desigualdade de gênero é capturada e potencializada por este. Em se tratando do âmbito cultural, ela é produzida e reproduzida através de mecanismos impostos por meio de valores e construções sociais, que atribuem a mulheres e homens papéis distintos e socialmente determinados.

Segundo Bourdieu (2007) essas atribuições produzem os efeitos desejados a lógica vigente, construindo os consensos que estabelecem os espaços que as pessoas devem ocupar na realidade social, fundamentais para a manutenção e reprodução das estruturas de dominação existentes.

Nesse sentido, Acanda (2006) citando o conceito de hegemonia em Gramsci, vai defini-la como a forma de domínio utilizada pela classe dominante para “estabelecer e preservar sua liderança intelectual e moral mais para dirigir do que para obrigar” (ACANDA, 2006, p. 173). Isto é, através do consenso, vai conseguir difundir seus valores para toda a sociedade, como sendo aspirações desta, como se lhes fossem naturais.

Para alcançar esse consenso, a classe dominante se utiliza de mecanismos interconectados, como o patriarcado, o machismo e o conservadorismo, dentre outros. Cisne (2015) conceitua o patriarcado, enquanto um sistema⁴ de dominação e

³ A categoria gênero será tratada na perspectiva feminino e masculino, não negando a existência de outras.

⁴ Entende-se que o patriarcado é um sistema porque funciona independentemente da presença dos homens, ou seja, ele encontra-se enraizado nas relações sociais de tal forma que, mesmo entre mulheres, sem necessariamente haver a presença masculina, há a sua ratificação e a sua reprodução (CISNE, 2015, p. 25-26).



exploração, regido pela desigualdade de poder entre homens e mulheres, sendo essa estrutura de poder sustentada pela ideologia patriarcal e pela violência, não estando restrita aos espaços da vida privada e sim presente em toda a sociedade. Servindo ao capital, uma vez que colabora com as bases do sistema capitalista reiterando as desigualdades por ele produzidas.

Como mecanismo que reforça esse sistema, está o machismo representado por:

[...] um conjunto de crenças, atitudes e condutas que se repousam na compreensão da polarização dos sexos, da contraposição do feminino e masculino não apenas como diferentes, mas como mutuamente excludentes, onde o masculino é representado como superior (CASTAÑEDA, 2006, p. 16).

Enquanto o patriarcado estrutura as relações sociais pautadas na dominação e na exploração, o machismo justifica essa lógica quando denomina a mulher enquanto inferior ao homem, não a vê como pessoa, mas a coloca em condição de objeto.

Com esses conceitos em mente, há de se considerar a conjuntura atual, o avanço mundial do conservadorismo frente a crise do capital, principalmente na política e nas falas e atitudes de representantes do Poder Público, uma vez que o país vivencia um “processo de radicalização da política brasileira sem precedentes desde o início da Nova República” (YAZBEK; DEGENSZAJN; PAZ, 2019, p. 7).

Assim, o conservadorismo segundo Barroco (2015) tem uma função ideológica, reproduzindo valores preservados historicamente por tradições e pelos (*bons*) costumes, mantido pelas elites brasileiras. Ele não quer a explicitação do real, assim “dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências” (BARROCO, 2015, p. 624). No conservadorismo a moral tem uma função de destaque, atribuindo os conceitos de certo e errado, os valores de justiça e honra. Assim, ele promove a moralização das expressões da questão social, ocultando suas causas e atribuindo culpa aos sujeitos que as vivenciam. Nesse caso, a desigualdade de gênero, que afeta majoritariamente e de forma negativa as mulheres.

Tendo por base os conceitos apresentados até aqui, o item posterior pretende versar sobre esse contexto e sua mediação com o tradicionalismo gaúcho, resgatando



brevemente sua trajetória, assim como os rebatimentos na construção histórica e social da mulher gaúcha.

3 DESIGUALDADE DE GÊNERO E TRADICIONALISMO GAÚCHO

O tradicionalismo gaúcho, da forma que se apresenta atualmente, seja nos festivais ao longo do ano, na semana farroupilha ou mesmo no imaginário social, é um fenômeno relativamente novo. Tendo sido fundado o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTGs) em 24 de abril de 1948, no município de Porto Alegre, por rapazes estudantes do colégio Júlio de Castilhos (LESSA, 1985).

Nesse sentido, é importante fazer um adendo, para pensar o contexto vivenciado na época. A expansão capitalista global, a ascensão do padrão fordista-taylorista de produção, vinculados a hegemonia norte-americana, que propagava seu estilo de vida, impondo seus valores a povos de diversas tradições culturais (NETTO; BRAZ, 2006).

Obviamente, essa imposição gerou resistências, tanto a níveis nacionais quanto regionais. Assim, o tradicionalismo gaúcho surge como um movimento de oposição às transformações vivenciadas pela sociedade, devido à expansão do capitalismo e seus mecanismos unificantes. O resultado disso é “processo de encontro entre o global e o local, entre a modernidade e a tradição”. (KONFLANZ, 2013, p. 10).

Nas palavras de Lessa, um dos precursores do tradicionalismo gaúcho:

Uma das características mais marcantes de nossa época é o enfraquecimento da vida grupal. As unidades sociais pequenas estão gradativamente desaparecendo e cedendo lugar às massas de indivíduos. A mudança de padrões culturais tem sido tão rápida que, em geral, o adulto de hoje ainda teve a sua infância condicionada à vida segundo bases do grupo local (LESSA, 1985, p. 81).

Dessa maneira, o movimento teria por objetivo combater a *desintegração social*, através de atividades culturais que reforçassem os valores da cultura rio-grandense através de uma mentalidade coletiva, tendo esta por objetivo adaptar o



sujeito ao seu lugar na sociedade, sendo os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) os espaços privilegiados para tal.

Segundo Oliven (1992) essa distinção que o tradicionalismo propaga entre o estado e o restante do país, seria uma maneira de resguardar a identidade cultural do Rio Grande do Sul, ameaçada pelo movimento globalizante do capital. O autor também vai dizer que o tradicionalismo tem um aspecto ideológico de um retorno a um passado que ou deixou de existir ou nunca existiu.

O conservadorismo regionalista e o tradicionalismo, em particular, insistem na existência passadista desse padrão cultural, propondo sempre o eterno retorno. E retroagir para esse tempo perdido significa, inelutavelmente, revelar sua visão otimista do universo latifundiário como padronização da identidade rio-grandense (GOLIN, 1992, p. 91).

E essa padronização da identidade, não encontra respaldo na história do estado do Rio Grande do Sul, pois é uma construção do movimento tradicionalista, a figura mítica do gaúcho:

[...] seu estereótipo, personaliza um ser heroico, altivo, corajoso; impiedoso na defesa de altos ideais, justo. Esquecido de um passado de escravos indígenas e africanos, de peões de estância arregimentados como farta massa de manobra nos conflitos pela posse dos latifúndios a que deveriam pertencer, a representação desse gaúcho no século XX, como mito que é, esbanja qualidades que tornam improvável sua existência neste e em momentos anteriores. (OLIVEIRA, 2007, p. 507).

A principal questão aqui, é que a figura do gaúcho idealizada e propagada pelo tradicionalismo, colabora com a não problematização histórica do estado, permeada por contradições, desigualdades, lutas internas e sua multiculturalidade. E dessa forma, acaba que a identidade do povo gaúcho é representada por uma figura inventada, incorporada e aceita pelo senso comum como sendo histórica (GOLIN, 1992).

Os próprios Lessa e Côrtes não negam esses aspectos, para tanto, expõem que percorreram o estado pesquisando costumes, vestimentas, danças, modos de ser e agir, instrumentos e o que mais pudessem resgatar das tradições do passado. E



ainda que tenham recolhido importantes achados, deixam claro haver muitas lacunas (LESSA; CÔRTEZ, 1975). Dessa forma, em suas palavras, “quando a tradição não existe completamente formalizada, completa-se o que está faltando para fortalecer o alicerce” (LESSA, 1985, p. 69).

Assim, parece claro que essas lacunas foram preenchidas com a ideologia e os valores que acreditavam seus precursores. Segundo Oliven (1992), estes eram pertencentes a classe média intelectualizada da sociedade gaúcha, possuidores de algum capital econômico e cultural, nascidos e criados nas cidades, ainda que provenientes do interior do estado.

Desta forma, assim como o tradicionalismo e a figura do homem gaúcho foram construídos pelos precursores do movimento, a figura da mulher gaúcha também se baseia na idealização destes. Por isso, é importante analisar o que estava por trás dessa como ela se deu.

Para compreender a estrutura da sociedade gaúcha da época, Louro (1986), demonstra que a educação – considerando que o tradicionalismo surgiu dentro de uma escola – não era a mesma para mulheres e homens.

De fato, dentro da ideologia dominante na época, fala-se que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas. Nesta distinção parecia estar presente a ideia de que instrução seria algo mais adequado aos homens, ou melhor, algo perigoso para as mulheres, porque poderia lhes colocar em posição semelhante à deles. O termo educação parece ser entendido de modo mais amplo e englobar uma formação ideológica, enquanto que instrução provavelmente se refere de modo restrito às informações, ou ao saber científico e cultural disponível num dado momento histórico. Já que o dominar informações confere poder, é importante que isto seja privilégio do setor dominante. Na contraposição que se colocava, educação envolvia a doutrinação da mulher sobre seu lugar na sociedade (LOURO, 1986, p. 27).

O trecho explana como a estrutura patriarcal da época condicionava a educação das mulheres, que deveria ser restrita, de modo que não se aproximasse da educação recebida pelos homens e nem do poder que estes dispunham na organização da sociedade. Pois, como anteriormente citado, o patriarcado se refere ao sistema desigual de poder entre mulheres e homens, que é produzido e

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERCADO E DOUTORADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





reproduzido em diversos espaços e instituições, sendo a escola um dos eixos principais desse processo.

A autora Perrot (2007) também faz esse debate sobre educação e instrução, só que analisando o contexto europeu, na percepção dela, a instrução se daria apenas nos aspectos necessários para a manutenção da organização social da época, “Formá-las para seus papéis futuros de mulher, dona-de-casa, de esposa e mãe” (PERROT, 2007, p. 93).

Nesse sentido, pode-se afirmar que os moldes de educação e instrução, tanto no cenário mundial quanto regional, tinham o mesmo direcionamento: educar e instruir as mulheres para que aceitassem e desempenhassem os papéis tradicionais de gênero, que consistiam:

Como características tradicionalmente atribuídas às mulheres podem ser citadas como exemplos aquelas que favorecem o ensino, o cuidado, as atividades domésticas cotidianas e a maternagem, como sensibilidade, passividade, meiguice, tolerância. Com relação às características tradicionalmente associadas aos homens podem ser citadas como exemplos as de liderança, agressividade, força física, lógica e ousadia (LIMA *et al.*, 2017, p. 37).

À menina são atribuídos qualificativos como passividade, docilidade, desejo de poder em seu território natural, o lar, instinto de maternidade, romantismo, enquanto que é ao sexo masculino correspondem a vocação do poder, a capacidade de tomar iniciativas, tenacidade, desejo de liberdade e racionalidade (RAGO, 1997, p. 83).

Assim, fica claro que ser mulher não é uma condição inerente ao nascimento, ao aspecto biológico, mas uma construção permeada de determinações históricas e ideológicas, que “vão refletir as posições que a mulher ocupa no mundo produtivo, e vão também contribuir para manter, reforçar ou transformar os papéis a ela atribuídos socialmente” (LOURO, 1986, p. 26).

Nesse mesmo viés, Lessa e Côrtes, através de suas pesquisas, comparam a colonização geral do Brasil e a do Rio Grande do Sul, destacando que, enquanto no Brasil, esta teria se dado majoritariamente por homens, no Rio Grande do Sul, teria sido feita por casais provenientes da região dos Açores. E essa particularidade, segundo os autores, diferenciava as mulheres do estado das do restante do Brasil.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





No período colonial a mulher brasileira esteve em segundo plano, metida entre mucamas e molecas, casando entre os doze e os quatorze anos, não raro analfabeta, portanto incapaz de trazer qualquer encanto a sociedade [...] Ao contrário, a mulher gaúcha não precisou fugir dos ambientes de trabalho e – desde que respeitasse o galpão como cenáculo masculino – pode participar mais amiúde do convívio com os homens (LESSA; CÔRTEZ, 1975, p. 69).

O fragmento demonstra, na visão dos autores, que as mulheres gaúchas tinham mais contato com a sociedade, enquanto as mulheres de demais localidades do país ficavam restritas aos ambientes domésticos. Mas como deixam claro, as mulheres gaúchas deveriam ficar afastadas dos espaços ditos masculinos. Demonstrando que, apesar de apontarem diferenças, ambas mulheres tinham espaços socialmente determinados.

Isso porque, as mulheres eram vistas sob uma ótica patriarcal, carregada pelo estereótipo de gênero, uma vez que deveriam trazer *encanto* à sociedade, este encanto seria representado por sua beleza, seus dotes. A nomenclatura prenda, como é chamada a mulher gaúcha no universo tradicionalista, nas palavras de Saraiva (1968, p. 117) “tudo o que o gaúcho muito queria chamava prenda, daí esta classificação”, já segundo o Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul (1984) significa: “jóia, relíquia, presente de valor / Em sentido figurado, moça gaúcha”. Sendo em primeiro lugar uma coisa, deixando claro a objetificação da mulher gaúcha, como o objeto de desejo do homem gaúcho.

A própria vestimenta da prenda foi definida segundo Lessa (1985), por Paixão Côrtes e mais tarde, lhes foram atribuídas as regras de vestimenta, por Antônio Fagundes. Homens decidiram como deveria ser a vestimenta tradicional da mulher gaúcha, lhes atribuindo ainda culpa por não haver registros de como essa seria no passado.

Tudo não passa de convenção para dar às «prendas» uma vestimenta típica que elas não souberam fixar através da nossa formação sociológica e isto por uma razão muito simples: a vaidade universal da mulher que sempre procurou acompanhar a «moda», venha ela de onde vier. (SARAIVA, 1968, p. 57-58).



O trecho demonstra a visão machista e generalista em relação as mulheres, como se a vaidade fosse inerente a todas as mulheres. O autor ainda pede, em seu manual tradicionalista, que as mulheres não modifiquem o traje que lhes foi atribuído, uma vez que este foi pensado “atendendo às virtudes de recato, simplicidade e pudor que o gaúcho lhes atribui” (SARAIVA, 1968, p. 57-58). Apenas corroborando a visão de que a mulher gaúcha – prenda – é um objeto, criado e vestido pelos homens para dar conta de sua visão de mulher ideal.

Ainda assim, conforme Louro (1986, p. 26) a “dominação de um sexo sobre outro, é histórica e, portanto, passível de transformação” e como Lessa expressa, o tradicionalismo evoluiu e deve continuar evoluindo “como a confirmar que ninguém pretende ficar estagnado no passado (LESSA, 1985, p. 68).

Compreendendo o exposto, enquanto atenuante das expressões de desigualdade provocadas pela questão social a serviço do capital, parte de um sistema de opressão e dominação histórica, propõe-se olhar para o tradicionalismo gaúcho não apenas como um movimento conservador com princípios arcaicos, mas como um movimento que tem a identificação cultural de uma grande parcela da sociedade gaúcha, tendo também possibilidades para sua ressignificação através de suas e seus agentes sociais.

3.1 Mulheres no tradicionalismo

A perspectiva apresentada no item anterior, fez com que durante muitos anos as mulheres ficassem em segundo plano no tradicionalismo gaúcho, em papéis auxiliares e de subordinação, à margem dos processos decisórios. Felizmente, o tradicionalismo gaúcho foi mudando ao longo dos anos conforme o movimento da sociedade e das mulheres avançava, assim novas práticas foram sendo incorporadas, bem como os espaços que eram majoritariamente masculinos foram sendo ocupados também por mulheres.

Exemplo disso, é que em 2011, uma mulher, Márcia Cristina Borges da Silva, alcançou o cargo de diretora do 35 CTG, o pioneiro na história do tradicionalismo gaúcho e ainda hoje uma referência para o movimento, abrindo assim caminho para outras mulheres (GARCIA; AIRES, 2017).



Outro fato significativo é que, em agosto de 2017, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) aderiu ao movimento ElesPorElas da Organização das Nações Unidas (ONU) para a igualdade de gênero. Por conta desse acontecimento, em janeiro de 2018 o 31º Seminário Estadual de Prendas teve como tema central “O protagonismo da mulher na tradição gaúcha”, escolhido justamente pela adesão do MTG ao movimento ElesPorElas (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020).

Nesse sentido, em 2019, outro acontecimento considerado inédito no ambiente tradicionalista, tendo anteriormente feito parte de gestão de peões, Gabriella Meindrad, uma mulher transexual foi homenageada como prenda pelo CTG do qual fez parte durante a infância e a adolescência (MAZON, 2019).

Gabriella foi uma das mulheres entrevistadas durante a execução da pesquisa, e optou por não permanecer no anonimato. Segundo ela:

Essa presença possibilita a participação de muitas outras, abrindo um caminho. Ano passado abriu um diálogo que ainda não havia existido e nós notamos que esse diálogo está evoluindo, então não tem por que eu ficar anônima. Eu coloco isso, porque não é a Gabriella aparecer por alguma coisa, e sim a Gabriella que está representando tantas outras pessoas que gostariam de estar inseridas, que gostariam de participar e não podem, ou acham que não vão ser bem acolhidas (Gabriella, 2020).

Sobre a repercussão, ela contou que foi muito positiva, mas que também teve uma carga negativa, com discursos de ódio e coisas do tipo. Mas, para ela, o saldo foi mais positivo, pois a partir daquele momento, ela pode estar mais inserida no movimento, participando de eventos, dos festejos farroupilhas e, principalmente, pode estar contribuindo com debates sobre a população LGBTQIA+⁵ e sua participação no movimento.

Outro fato, tão significativo e simbólico quanto à homenagem da Gabriella, aconteceu no início de 2020, pela primeira vez em mais de cinquenta anos desde sua fundação, o MTG teve uma mulher em sua presidência, Gilda Galeazzi, eleita em uma

⁵ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, o sinal de adição é utilizado para “abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero” (REIS, 2018, p. 7).



eleição em que ambas as chapas eram compostas por mulheres na disputa pela presidência (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020).

Dessa forma, os fatos citados ilustram que a cultura tradicionalista gaúcha passa por transformações, se questionando e se reconstruindo por meio de suas e seus participantes. Embora permeada por contradições, é também um importante espaço de luta pela igualdade de gênero.

Prova disso é o *Caderno Piá*, uma revista de publicação mensal do MTG, que em março de 2020, em comemoração aos 70 anos de participação das mulheres no movimento, apresentou informações e curiosidades da trajetória das mulheres no movimento além de destacar que:

Empoderamento feminino é uma ação coletiva que visa potencializar o direito das mulheres em participar da construção da própria sociedade. É coletivo, por isso escrevemos conjugando na terceira pessoa do plural — incluindo-nos. Sejam os a continuação das mulheres de 70 anos atrás com o olhar voltado ao presente. Qual vai ser nosso legado no tradicionalismo? Já que empoderar-se é atemporal, vamos juntas escrever o nosso próprio capítulo? (HERRERA, 2020, p. 2).

Nesse sentido, cabe mais uma vez destacar a categoria gênero – enquanto construção histórica – pois está sempre em movimento, por meio de contextos diversos no tempo-espaço, sendo um processo de aprendizagem, que se dá mediante o desempenho dos papéis sociais, assim como na formação de identidade das pessoas (SAFFIOTI, 1994).

Assim, seguindo a perspectiva de evolução do movimento tradicionalista e de ressignificação dos espaços ocupados pelas mulheres, nos últimos anos, elas vêm subvertendo antigos paradigmas e, com muita luta, estão conquistando os espaços de poder e de decisão dentro do tradicionalismo gaúcho, ainda que em números relativamente menores. Assim, o tradicionalismo gaúcho não pode ser visto por meio de uma ótica simplista, mas sim como um movimento complexo desenvolvido no bojo da sociedade gaúcha, a qual o transformou e foi por ele transformada.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





4 CONCLUSÃO

O presente artigo se propôs a debater a desigualdade de gênero e sua relação com a questão social, produzida e reproduzida para a manutenção do capital. Abordando os conceitos de patriarcado e conservadorismo, buscou-se demonstrar como se interconectam na sociedade contemporânea e contribuem para as desigualdades de gênero.

Assim objetivou-se discutir esse contexto dentro do tradicionalismo gaúcho, enquanto movimento construído por essa lógica conservadora e patriarcal, ainda que dotado de particularidades regionais. Sendo um movimento, conforme demonstrado, contraditório em sua gênese e também passível de mudanças.

Em suma, pretendeu-se através do exposto ao longo do trabalho refletir sobre a estrutura da sociedade gaúcha – no que tange a desigualdade de gênero – e a articulação de seus mecanismos de dominação e opressão, que atuam na manutenção e reprodução do sistema capitalista e das expressões da questão social, bem como apresentar os movimentos de resistência integrantes desse mesmo processo.

Conforme sugere Acanda (2006) a tomada de poder começa com o questionamento das normas e valores postos, e é a isso que o presente artigo se propôs, questionar as normas e os valores que constituem a estrutura da sociedade – com ênfase na sociedade gaúcha – para a partir disso, pensar estratégias para a subversão desses valores, no intuito de construir uma sociedade mais justa para todas e todos.

REFERÊNCIAS

ACANDA. Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Ed. UFRJ, 2006.

BARROCO, Maria Lucia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: encurtador.com.br/hwyAC. Acesso em: 25 jun. 2019

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. São Paulo: A Girafa, 2006.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GARCIA, Gabriela Vaz; AIRES, Isadora Gonçalves. E agora tchê?: como o tradicionalismo gaúcho excluiu as mulheres, reforçando o machismo e a violência, e como elas estão combatendo essa cultura. **9º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/gquZ1. Acesso em: 10 jun. 2018.

GOLIN, Tau. Reflexos entre o gaúcho real e o inventado. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Org.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 91-99.

HERRERA, Jéssica Thaís. Empoderar-se é atemporal. **Piá 21**, Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), mar. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/flKPY. Acesso em: 19 abr. 2020.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social em tempos de capital fetiche**: Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

KONFLANZ, Celso. **A MODERNA TRADIÇÃO GAÚCHA**: Um estudo sociológico sobre o Tradicionalismo Gaúcho. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Nativismo**: Um fenômeno social gaúcho. Porto Alegre: L&pm, 1985.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa; CÔRTEZ, Paixão. **Danças e Andanças da Tradição Gaúcha**. Porto Alegre: Garatuja, 1975.

LIMA, Flaviane Izidro Alves de *et al.* A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. **Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v. 19, ed. 1, p. 33–50, jan/jun 2017. Disponível em: encurtador.com.br/pvDJR. Acesso em: 7 jul. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Prendas e antiprendas: Educando a mulher gaúcha. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p.25-56, jul. 1986.

MAZON, Elana. **Após fazer parte de gestão de peões, mulher transexual recebe homenagem como prenda**. 2019. Disponível em: encurtador.com.br/fhp05. Acesso em: 4 jul. 2019.



MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO (MTG). **Movimento Tradicionalista Gaúcho**. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/nAN89. Acesso em: 15 jun. 2020.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **ECONOMIA POLÍTICA**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NUNES, Z.C & R.C. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins livreiro, 1984.

OLIVEIRA, Márcia Ramos de. Entre representações e estereótipos: O tipo gaúcho como expressão popular na música gravada no século XX. In: GERTZ, René (Org.). **REPÚBLICA**: Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 505-524. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

OLIVEN, Ruben George. O renascimento do gauchismo. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Org.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 77-80.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. Tradução de Angela M. S. Côrrea.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REIS, Toni (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Paraná: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros — Universidade Federal do Paraná, 2018.

SAFFIOTI, H.I.B. Violência de gênero no Brasil atual. In: **Estudos Feministas**, número especial, Rio de Janeiro, CIEC, p.443-461, 1994.

SARAIVA, Glaucus. **Manual do tradicionalista**: Orientação geral para tradicionalistas e Centros de Tradições Gaúchas. Porto Alegre: Sulina, 1968.

YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichellis; PAZ, Rosangela Dias Oliveira. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo IN: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 7-12, jan./abr. 2019. Disponível em: encurtador.com.br/pDGLY. Acesso em: 25 jun. 2019.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO

